

Quilombo: patrimônio histórico e cultural

Henrique Antunes Cunha Junior*

Resumo: O conceito de quilombos e a percepção política e social sobre estas populações negras denominadas de quilombos variou através dos tempos, mas teve um considerável papel político para o movimento negro no Brasil. Os estudos e as publicações de livros sobre quilombos são significativos, sendo que podemos citar as contribuições de Clovis Moura como um marco importante e histórico nesta área de conhecimento. Este artigo apresenta a importância dada ao conceito de quilombo em diferentes momentos da história brasileira e as variações de percepção sobre o significado das comunidades de quilombos para os movimentos negros. São apresentadas também, os meios os quais estas organizações impulsionam a sociedade nesta discussão. Quilombo é um termo associado aos estudos sobre comunidades negras rurais e suas identidades. O conceito de quilombos na atualidade cita uma formulação guiada pelos conceitos de patrimônios materiais e imateriais, sendo definido e reconhecido com base na cultura quilombola. Neste artigo são revistos marcadores desta transformação conceitual.

Palavras-chave: Quilombos, identidade, patrimônio histórico, patrimônio cultural.

Abstract: The concept of quilombos (Brazilian word for maroon) and the socio-political perception about these Black communities entitled quilombos has varied throughout time, but it plays a considerably important political role in the Black Movement in Brazil. The amount of studies and books published about quilombos are significant and the contributions made by Clovis Moura can be considered an important historical turning point in this field. This article presents the importance given to the concept of quilombo in different moments of the Brazilian history as well as the variations of the perception about the meaning of the quilombo communities for the black movements. The article also presents the means through which these organizations have led the society to this discussion. Quilombo is a term associated to the studies about rural black communities and their identities. The concept of quilombos nowadays is guided by the concepts of tangible and intangible cultural heritage, being defined and acknowledge based on the quilombola culture. In this article markers of this conceptual transformation are revisited.

Key words: maroon, maroon society identity, cultural heritage.



* **HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR** é Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro do Instituto de Pesquisa da Afrodescendencia – IPAD.

1. Inscrições da população negra na história do Brasil

Os quilombos ganharam um estatuto novo na história política brasileira com o seu reconhecimento como Comunidades de Remanescentes de Quilombos na Constituição de 1988. Trata-se de uns dos temas de grande relevância na história nacional devido a vários fatores. Entretanto, durante muito tempo este tema foi tratado como assunto de pouca importância para a historiografia brasileira e estudos afins. Na ocasião de serem estudados, os quilombos eram tratados sob a ótica dos negros que fugiam para o mato durante o escravismo criminoso não se realçando a importância revolucionária e a forma permanente de confronto com o regime de imposição do trabalho escravizado. Nas abordagens anteriores eram citados apenas como rebeldias individuais e desprovidos de potencial transformador. Destituía-se uma avaliação sistemática quanto à frequência de quilombos, a sua existência em todos os estados do Brasil e em todas os períodos da história nacional posterior a 1500. Além disso, não existia a preocupação de estudar os quilombos como uma instituição de base africana transportada para as Américas e existentes ao longo da história dos países do Caribe e do Continente americano. Destacamos que na maioria das regiões das Américas onde existiu o sistema de produção escravista criminoso, formaram-se organizações quilombolas. Outra dimensão que não era atribuída aos quilombos era sobre sua importância econômica e populacional como sistema de contestação ao escravismo criminoso. Os quilombos foram a realização de formas sociais e econômicas alternativas à sociedade do escravismo criminoso.

As tradicionais avaliações e referências sobre a existência dos quilombos durante o escravismo criminoso foram feitas pela sociedade escravista. Segundo esta concepção tradicionalista, estes eram citados como lugares de perigo, taxados de refúgio de negros e negras criminosos, fugitivos, imorais e vadios. Os movimentos negros desde o início da fase do trabalho livre, ou seja, desde a abolição do escravismo criminoso como instituição legal, já tratava o quilombismo como fato heróico, mostrando a resistência negra na luta contra o sistema de injustiça social. Grupos como o Centro Cívico Palmares, em São Paulo de 1908 -1926, já aprestavam esta homenagem a denominada “tróia negra” (DOMINGUES, 2007). Os jornais e o teatro negro deste período mencionavam os quilombos como exemplos da não aceitação do escravismo pela população negra, desmontando o discurso que afirmava a passividade e a aceitação relativa pelos africanos quanto à condição de escravizados. Da década de 1970 em diante os movimentos negros sistematicamente passaram a reverenciar e aprofundar o estudo da epopéia dos quilombos, principalmente, o quilombo dos Palmares, existente por quase um século na região de Alagoas, entre 1630 e 1695. Muitas peças de teatro e textos foram realizadas com a temática de quilombos (CUNHA JUNIOR, 1992) e com o avanço de estudos nesta área de conhecimento, as entidades dos movimentos negros existentes no Brasil, elegeram o dia 20 de novembro como data nacional da consciência negra devido ao assassinato de Zumbi, considerado herói do quilombo dos Palmares nesta data, que passa a fazer parte do calendário oficial da nação. Cabe lembrar também que o Teatro Experimental do Negro – TEN –

Rio de Janeiro (convém lembrar que houve também o TEN – São Paulo, junto a Associação Cultural do Negro-1950 -1968) no período de 1948 – 1951 teve um jornal de nome Quilombo, promovido pelos intelectuais Guerreiro Ramos, Sebastião Rodrigues Alves, J. Juliano e Abdias do Nascimento.

É provável que Edson Carneiro (antropólogo negro baiano), tenha sido o primeiro estudioso sistemático da história do quilombo dos Palmares a escrever sobre o assunto em 1947. . “O quilombo dos Palmares”: 1630 – 1695 (CARNEIRO, 1947). Sendo reeditado em 1956 e 1958.

Outro material importante e pouco conhecido que passou despercebido do grande público foi o livro “Reino de Palmares” escrito por M. Freitas e publicado em 1954 pela biblioteca do Exército Brasileiro (FREITAS, 1954).

Dentre os pensadores e militantes negros nos estudos e intervenções sobre a importância de quilombos merecem enorme destaque a pesquisadora Beatriz do Nascimento. Esta percorreu o país à procura de dados sobre quilombos e elaborou diversas hipóteses sobre a história dessas comunidades e sua relevância para a história do Brasil. Devido ao avanço das suas pesquisas para época, esta foi muito combatida em 1973 e 1974 na Universidade de São Paulo, onde tencionava produzir uma dissertação de mestrado sobre o assunto. Em função dos embates acadêmicos, além de desistir do mestrado, foi taxada de desequilibrada mental. Mesmo com o insucesso acadêmico, Beatriz do Nascimento recebe o reconhecimento intelectual dos movimentos negros e nos deixa um grande legado de respeito e interesse pelos quilombos. Beatriz dizia que áreas urbanas de cidades brasileiras ocupadas por populações negras faveladas foram iniciadas, em

muitos casos, por populações oriundas de quilombos. Esta hipótese da história foi muito contestada na década de 1970 nos debates de movimentos negros e os historiadores das universidades brasileiras. Entretanto, esta hipótese se confirma na atualidade com o reconhecimento de quilombos urbanos em Porto alegre (COSTA, 2009 e CORREA 2010); Rio de Janeiro (MAIA 2010 e TELLES, 2009) e Salvador (AURELIANO, 2006). Infelizmente foram perdidas as anotações e registros materiais produzidos por Beatriz Nascimento, como também, os textos de suas reflexões. Entretanto, suas posturas sobre os quilombos nos chegam através de depoimentos da história oral repassados por militantes do movimento negro que assistiram as conferências e debates nesse período, entre os quais eu presto aqui meu depoimento sobre a importância desta pesquisadora no reconhecimento da relevância dos quilombos para a história nacional e para o pensamento dos movimentos negros.

Do ponto de vista histórico em pensar os quilombos como núcleos revolucionários, o marco mais importante para considerarmos quilombos na historiografia nacional foi o registro do sociólogo e jornalista Clovis Moura (1959) em seu livro “Rebeliões na senzala - Quilombos, Insurreições e Guerrilhas”. Clovis Moura militava nos partidos de esquerda brasileira e sua referência de quilombos como importância histórica confrontava com a opinião de Caio Prado Junior. Para Caio Prado a população africana e afrodescendente não tinham importância na história brasileira, a não ser a braçal. Caio Prado era um dos intelectuais mais respeitados na época e considerado o fundador dos estudos de história econômica no Brasil. A polêmica causada pelo lançamento do

livro de Clóvis Moura produziu uma ampla revisão sobre as posturas quanto às inscrições da população negra na história nacional. Este livro tornou-se um clássico na formação do que era denominado como consciência negra dos militantes dos movimentos negros, conforme CUNHA Junior (2003) e PEREIRA (2000). A importância do livro de Clóvis Moura sobre Quilombos foi reconhecida pelo próprio Partido Comunista do Brasil e explicitada em 1995, durante o tricentenário de Zumbi dos Palmares, por este Partido com a edição de um texto curto, mas significativo do próprio Clóvis Moura denominado de “A república de Palmares e o seu significado sócio-político” (MOURA, 1995).

A consolidação do quilombo como referência histórica veio com o livro de Décio de Freitas, “Palmares, a Guerra dos Escravos, publicado em 1971 (FREITAS, 1971). Freitas foi exilado durante a ditadura militar e aproveitou esse período para realização de pesquisas em arquivos históricos no exterior. A peça teatral de João Francesco Guarnieri e Augusto Boal, Arena conta Zumbi, trouxe através do Teatro de Arena a importância para o grande público sobre os quilombos. Dentro dos movimentos negros, a peça teatral escrita e dirigida pelos militantes do teatro Evolução de Campinas, de TC (Antonio Carlos) e Lumumba (CUNHA JUNIOR, 1992), transmitiu para as platéias negras o significado dos feitos dos quilombos na peça teatral Sinfonia Negra. Da mesma forma em Porto Alegre, o Grupo Palmares, através da arte e da literatura, deu significado público expressivo à importância dos quilombos e, até mesmo o cinema nacional se ocupou com dois filmes de grande importância sobre o quilombo dos Palmares.

O assunto de pesquisa e história sobre quilombos ganhou corpo sistemático a partir dos trabalhos do Historiador Flávio Gomes, que em 1993 apresentou a dissertação de mestrado com o título de Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro XIX (GOMES, 1993). Os textos de Flávio Gomes tiveram sempre grande penetração nos movimentos negros devido ao conteúdo de suas palestras e participações em mesas de seminários tanto acadêmicos como os encontros, debates, seminários realizados pelas entidades dos movimentos negros.

No campo da Antropologia, Maria de Lourdes Bandeira foi uma das pesquisadoras que fez história com os estudos realizados de forma pioneira e independente sobre a identidade étnica das comunidades negras rurais tendo como base a geografia. A identidade dos grupos negros adquirem um enfoque de territorialidade, que configurou uma situação de autoridade e que demarca uma especificidade. As relações sociais passam a ser consideradas com o recorte racial, a base territorial como determinante é marcada pelo uso da terra. São considerados os modos de produção e sistemas de trocas, relações sociais e políticas com as comunidades vizinhas e as formas de sociabilidade internas, as festas e expressões culturais bem como a memória social. Em suma, Maria de Lourdes Bandeira reúne e conecta todos os fatores que nos parecem hoje determinantes na compreensão das comunidades de quilombos e no estudo pioneiro da territorialidade negra de Vila Bela em Mato Grosso (BANDEIRA, 1988).

Ilka Boaventura Leite, a partir de 1991, tornou-se uma das principais referências para a discussão das identidades e

cidadania das comunidades negras rurais e bairros urbanos (LEITE, 1991). Sediada na Universidade Federal de Santa Catarina do Núcleo de Estudo sobre Identidade e relações interétnicas (NUER) realiza um número considerável de estudos e contribui decisivamente para as metodologias, enfoques teóricos e empíricos, sobre os laudos de reconhecimento das comunidades de quilombos (LEITE, 1996).

A nossa consciência da grandeza numérica e das densidades de comunidades de quilombos nas diversas regiões do Brasil foi produzida pelos estudos geográficos de Rafael Sanzio Araujo dos Anjos (ANJOS, 2005), (ANJOS 2011).

Portanto, devido à persistência dos movimentos negros e da mobilização de setores da vida intelectual nacional, os quilombos saem do anonimato. O que se tratava apenas como território de negros fugitivos, transforma-se em símbolos da luta da população negra por justiça social. O quilombo, na atualidade, poderia ser definido como estudo do patrimônio histórico e cultural nacional. Neste sentido é que trabalharemos neste artigo revendo esta história recente das abordagens sobre comunidades de remanescentes de quilombos.

2. Identidades quilombolas e patrimônio histórico e cultural

Os conceitos científicos são produzidos para facilitar a interpretação de problemas enfrentados pela sociedade, sendo que estes podem ser relativos aos bens materiais e imateriais observados pela humanidade. Os conceitos são inferências dos valores e credos dos produtores da ciência; concebidos e validados dentro de grupos científicos constituídos por participantes dos

diversos grupos ou sub-grupos dentro da sociedade. Os conceitos têm a especialidade e temporalidade das culturas em geral e das culturas científicas em particular. Dado a este conjunto sempre mutável de fatores e de interesses, os conceitos científicos são parte das lutas sociais e estão inseridos em fase da validade de um determinado paradigma científico. A dinâmica social e os processos de transformações existentes nestas substituições de paradigmas científicos impõem a revisão, atualização e a modificação dos conceitos e formas de pensar de um grupo de cientistas. Como mostra a história da ciência, todas as trocas de paradigmas são revoluções (KUHN, 1994) onde os membros do grupo científico se repartem e se dilaceram face aos interesses em jogo.

Tanto os movimentos negros como os grupos de pesquisadores negros tem se debatido com mudanças de paradigmas e de concepções conceituais cada vez mais necessárias e mais importantes no enfrentamento das lutas sociais e das lutas nas esferas de poder em relação à população negra. As pesquisas no âmbito das relações raciais que eram consideradas como universais e eurocêntricas, estão passando para uma esfera de especificidade de base africana, ou de referências de hibridismos culturais sob a ótica de interculturalidade. A aparente posição dominante e hegemônica das expressões científicas eurocêntricas, estão lentamente sendo revistas para o âmbito dos conceitos e interpretações pluriculturais. De pesquisadores quase unicamente eurodescendentes para pesquisadores afrodescendentes em número cada vez maior em termos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, os conceitos de raça fenotípica ou social e de construção dos racismos tem passado por frequentes revisões e

questionamentos. Opções conceituais têm empreendido a ponte entre a manutenção da especificidade das abordagens sobre populações negras e os conceitos baseados na geografia, na história e na cultura, assim como nas condições sociais. Conceituar o termo negro implica em introduzir novas referências no debate. Da mesma forma, o conceito de quilombo ultrapassou os limites de um conceito de importância menor, de um fato sem relevância social. Hoje, o conceito de quilombo remete a conceitos fortes e consistentes, com implicações nos campos da reforma agrária, da posse e uso de terras. Tal conceito trabalha o campo das identidades culturais e dos direitos a elas referidos confrontando o campo da territorialidade e questões fundiárias, às áreas políticas de educação, cultura e saúde. Esses conceitos têm implicações nas áreas do direito e das políticas públicas. As definições de quilombos, portanto, nos remetem a cultura, identidade, territórios, propriedades, bens econômicos, sociais, culturais e políticos. Habitação, saúde e educação das comunidades de quilombos são mutáveis em função das produções conceituais. O conceito de quilombo tem se libertado das definições focadas no conceito de raça social e partido para definições respaldadas pela origem da história escravista, trabalhando o conceito de negro no campo do pertencimento étnico e cultural.

Na atualidade algumas definições conceituais de comunidades de quilombos ou de remanescentes de quilombos são produzidas como repostas à necessidade da solução de problemas estruturais, históricos, culturais e jurídicos dessas populações, articulado aos conceitos de patrimônio cultural e de bens materiais e imateriais. Território, cultura, identidade e história são as categorias mais comumente

presentes na discussão conceitual de quilombos como patrimônio histórico ou de patrimônio cultural.

O conceito de quilombo foi pensado no campo da identidade cultural, do território e da permanência histórica. O conceito de patrimônio cultural pode ser pensando como de patrimônio material e imaterial, mas ambos ligados à produção da identidade e da territorialidade (LARAIA, 2004). Embora o pensamento nacional predominante no campo de patrimônio cultural tenha trabalhado por muito tempo com a idéia de monumentos e com conceitos de patrimônio material visando à preservação; essas idéias foram ampliadas e formataram uma proposta onde o conceito de patrimônio cultural está fundamentado na referência de processos culturais. Ressalta-se que a preocupação com a construção de um adequado conceito de patrimônio incide na discussão entre a nação, a identidade e a territorialidade nacionais. Assim, então, identidade e territorialidade são dois requisitos fundamentais construídos para a definição de referência cultural e esta, por sua vez, para os conceitos ampliados do que vem a ser os patrimônios culturais materiais e imateriais. A referência cultural tem forte vinculação com a relação de pertencimento da “nossa identidade” e com a “nossa territorialidade”.

Como um processo de realimentação dinâmica do processo de conhecimento, o conceito de patrimônio cultural e do registro deste patrimônio nos campos material e imaterial como elementos dinâmicos do processo cultural, foi decisivo na elaboração dos laudos de reconhecimento das comunidades de quilombo. O reconhecimento da comunidade de quilombo fica associado de certa maneira ao registro do

patrimônio material e imaterial e a compreensão da sua dinâmica na produção da territorialidade e da identidade das populações de quilombos.

3. Quilombos, Patrimônio Cultural e Movimentos Negros

Os movimentos negros podem ser descritos como movimentos sociais que dão expressão aos valores sociais da população negra e as suas reivindicações sociais. A valorização da cultura de base africana existente no Brasil recebe o título de cultura negra e tem nos movimentos sociais negros a procura da sua prática e afirmação social. Os movimentos negros são realidades existentes antes da abolição do escravismo criminoso no Brasil; sendo que dentro desta longa jornada de existência, algumas mudanças ocorreram ao longo do tempo, de localidade para localidade e de época para época no mesmo território, gleba ou grupo.

O enfoque da história dos movimentos negros pode ser dado baseando-se numa visão histórica de base africana onde o conceito de ancestralidade é o fio condutor da história da identidade e da territorialidade. Neste enfoque, as mudanças são esperadas dentro dos grupos geracionais. Assim, os movimentos negros apresentam descontinuidades que podemos chamar de períodos dos movimentos. O período de 1970 a 1995 poder considerado como renovação conceitual, ou seja, de mudança de paradigma com relação à geração anterior.

Esta mudança conceitual de paradigma recebe na literatura sobre movimentos negros o nome de Movimento de Consciência Negra (PEREIRA, 2000). Cunha Junior (1992) caracterizou este movimento denominando-o consciência

a uma mudança de mentalidade imprimida pelas mudanças da sociedade e das novas análises feitas pelos movimentos negros. A tomada de consciência sobre a urbanização, a industrialização e os limites de oportunidades sociais levaram a uma nova postura do pensamento das populações e dos movimentos negros. Os pensamentos e ações que produziram as mudanças objetivas com relação aos movimentos anteriores foram, pelo menos, quatro.

Uma primeira mudança ocorre quando os movimentos negros pensam a população negra como maioria histórica e não mais como minorias. Desta percepção nascem as reivindicações de inserção no censo demográfico dos quesitos cor da pele no item identificação da população.

O segundo fator de mudança está relacionado com a compreensão da história nacional. É pensada a proposição de que a história nacional se organiza de forma particular baseando-se na população negra como a grande protagonista na história de construção deste país. Neste sentido, foi fundamental a reflexão em torno dos quilombos e de pensar-se nos quilombos como uma alternativa política ao sistema do escravismo criminoso. A partir dos anos de 1970 o quilombo passou a ser um símbolo político da resistência da população negra ao escravismo criminoso e ao capitalismo racista. As novas idéias sobre os quilombos vindas com as literaturas de Clovis Moura e seus continuadores foram fundamentais na mudança do eixo do pensamento intelectual dos movimentos negros.

A terceira proposição importante está relacionada em ter o racismo antinegro como o fator de produção da situação social, econômica, política e cultural da

população negra. O racismo antinegro foi enfocado como um fator estrutural da produção da situação de vida da população negra. O racismo é pensado não mais apenas como um processo de preconceitos ou de discriminações, mas como uma força de dominação e produção da normalização social de apropriação dos bens materiais e imateriais na sociedade brasileira.

A quarta mudança foi relativa à compreensão da cultura negra e do socialismo. A discussão sobre o socialismo tem uma função inicial de pensar uma nova forma de organização da sociedade que fosse fundada nos valores culturais de bases africanas. A valorização da cultura negra foi reforçada e enfatizada por ser uma cultura de valores coletivos e valores comunitários. A discussão do socialismo nos movimentos negros se passa pela reapropriação do Terreiro e das práticas de Terreiro. Neste sentido, também existiu uma corrida dos ativistas dos movimentos negros às religiões de matrizes africanas. Os pensamentos sobre cultura negra e sobre candomblé se fundem na discussão sobre as propostas de mudanças da sociedade. Os candomblés de Inquises, de Vodun, de Orixás, como as Umbandas são depositários de cosmovisões e de filosofias de base africana e se constituem como “lugares” de organização religiosa, formando um campo de manutenção da ideologia e organização social. São territórios da ética, da moral social e das tradições da população afrodescendente. Constituem um espaço de reflexão sobre o cotidiano da sociedade circundante. Umbandas, Candomblés e quilombos se aproximam como conceitos sobre a formação da sociedades.

Desta maneira, o pensamento sobre quilombos foi determinante na mudança

do pensamento negro da década de 1970, nos enfoques sobre as histórias da população negra no Brasil: a retomada sobre a valorização da cultura de base africana e, principalmente, das reflexões sobre os Terreiros. O modo de pensar de Muniz Sodré (SODRÉ, 1988), sobre a relação do Terreiro com a cidade instrui o movimento que se realiza no âmbito dos movimentos negros depois da década de 1970. Mas, também, a forma que o espírito de resistência quilombola se influi neste pensamento, possui interlocução com as razões do espírito de sociedade igualitária e de sociedade revolucionária. Portanto, terreiros e quilombos compuseram os elementos da elaboração de um novo paradigma do pensamento dos movimentos negros a partir dos anos de 1970. Ambos se inserem no âmbito dos patrimônios culturais materiais e imateriais produtores de identidades e territorialidades.

4. Concluimos do exposto.

O conceito de patrimônio material e imaterial da forma como tem sido concebido pelos organismos internacionais e pelo Ministério da Cultura, através do Setor de Referências Culturais do IPHAN, possui fortíssima consistência, baseada na idéia de processo cultural. Este fica caracterizado pelas práticas culturais e pelos objetos pelo meio dos quais os grupos sociais se representam. Através destas práticas e objetos os grupos culturais elaboram a sua identidade e produzem a sua territorialidade. Este conceito de patrimônio cultural é importante para identificação das comunidades de quilombo, para seu estudo e, principalmente, para fins jurídicos do seu reconhecimento nos processos de titulação.

Os movimentos negros lutaram durante quase um século para reconhecimento

social da importância dos quilombos na história nacional. Estas lutas de reconhecimento transformaram as comunidades de quilombo em símbolo da resistência negra **contra** a dominação escravista criminosa e, depois da abolição do escravismo, como marco das lutas contra a dominação racista eurocêntrica. Nestes processos de luta social e de reconhecimento histórico foram importantes as contribuições da pesquisa acadêmica e não acadêmica.

No presente, as comunidades de quilombos estão inseridas na luta pela terra do povo brasileiro e nas lutas contra o racismo anti-negro. O termo Quilombo tornou-se uma instituição nacional na contemporaneidade. Os conceitos de quilombos foram ampliados de comunidades rurais para urbanas. Transcenderam a materialidade dos territórios físicos e se resignificaram como territórios imaginários. Quilombo tornou-se um conceito, uma forma de pensar um ideal de sociedade socialista fundada em valores sociais dos povos africanos tradicionais. “Quilombo Hoje: Literatura” trata-se de um grupo de escritores negros existentes desde 1978 com sede em São Paulo e que publica anualmente os cadernos negros literatura. Constitui-se num exemplo significativo da resignificação do conceito de quilombo, agora como ideal de luta e de resistência política e intelectual de um grupo de escritores negro.

Este artigo apresentou pontos históricos importantes nesse processo de reestruturação do conceito de quilombos como parte de um patrimônio cultural de grupos sociais de maioria afro descendente. As idéias de território cultural de solidariedade e identidades culturais demarcam a existência de comunidades de quilombos tendo como

base um patrimônio cultural comum e específico para cada comunidade ou para cada localidade.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil. 3. Ed. Brasília: Editora Mapas e Consultoria. 2005.

_____. Territorialidade quilombola. Foto e Mapas. Brasília: Editoria Mapas e consultoria. 2011.

AURELIANO, Rodrigo Souza. Quilombos Urbanos. Identidade, territorialidade no Bairro da Mata Escura na cidade de Salvador; Bahia. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. Vol. 10. No. 1. UNIFACS, 2006.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço de Branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Edson de Souza. O Quilombo dos Palmares: 1630 -1695. São Paulo: editora Brasiliense. 1947.

COSTA, Ângela Maria Faria de. Quilombos Urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre. Uma análise a partir do Quilombo do Areal e da Família Silva. Florianópolis: Revista Discente Expressão Geográfica. No. 5. Ano V, pagina 154. Maio de 2009.

CORREA, Mario Roberto Weyne. Quilombo urbano em Porto Alegre. Uma abordagem histórica d titulação do Quilombo da Família Silva (2003 – 2007). Porto Alegre: trabalho de conclusão de curso. UFRGS. Curso de Historia. 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970. Fortaleza: Revista Educação em Debate, ano 25. V.2 – numero 46 – 2003 - paginas 47 a 54.

_____. Textos para o movimento negro. São Paulo: Edicon, 1992.

DOMINGOS, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, 2007. PP. 100 – 123.

FREITAS, Decio. Palmares, A Guerra dos Escravos. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1971.

FREITAS, M. L. Reino Negro de Palmares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1954.

GOMES, Flavio dos Santos. Historia de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX. Dissertação de mestrado. IFCH – UNICAMP. Campinas: 1993.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científica. São Paulo: Perspectiva. (3ª. Edição), 1994.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceito e implicações. IN: TEIXEIRA, J. ET Alli (org.). Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (re) Tradicionalização. Brasília: UNB. 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. Território Negro em Área Rural e Urbana. Textos e debates. Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, numero 2, 1991.

_____. (org.) Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis. Editora Letras Contemporâneas, 1996.

MAIA, Patrícia Mendonça de Castro. Quilombo Sacopã: uma historia de resistência. Florianópolis. V encontro Nacional da ANPPAS, Outubro. 2010 (PDF).

MOURA, Clovis. Rebeliões na Senzala (quilombos, insurreição e guerrilhas). São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

_____. A república do Palmares e seu significado sócio-político. Publicação: Partido Comunista do Brasil. Uma homenagem do PC do B ao tricentenário de Zumbi dos Palmares. 1995. (apenas 20 paginas).

PEREIRA, Amauri Mendes. Cultura de Consciência negra. Pensando a construção da identidade nacional da democracia no Brasil. Dissertação de Mestrado. UERJ. Rio de Janeiro: 2000.

SODRÉ, Muniz. O Terreiro e a Cidade. A forma social negro. 1988.

TELLES, Lehonna Marques Ferreira. O regime de titularidades de terras quilombolas em áreas urbanas: O quilombo de Sacopã. Rio de Janeiro: Departamento de Direito: PUC – Rio. Relatório interno. 2009. Disponível – 28/03/2011. http://WWW.puc-rio.br/pibic/retoria_resumo2009/relatório/dir/lehonna.pdf